

ATA DA NONAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 19-10-2017.

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 292/17 (Processo nº 2651/17), de autoria de Idenir Cecchim; o Projeto de Lei do Legislativo nº 294/17 (Processo nº 2671/17), de autoria de João Bosco Vaz; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 042/17 (Processo nº 2644/17), de autoria de Paulo Brum; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 261/16, 023 e 100/17 (Processos nºs 2583/16, 0367 e 0938 /17, respectivamente), de autoria de Rodrigo Maroni. Ainda, foi apregoado o Memorando nº 016/17, de autoria de Cassio Trogildo, informando que Comandante Nádia estará representando externamente este Legislativo, no dia de hoje, às quatorze horas, na solenidade de aniversário dos cinco anos da atividade Patrulha Maria da Penha, no auditório do Tribunal de Contas do Estado, em Porto Alegre – RS. Em continuidade, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado, nos termos do artigo 180, § 4º, do Regimento, a tratar de doações do Fundo Municipal da Criança e Adolescente – Funcriança. Compuseram a Mesa: Cassio Trogildo, Presidente; Luciano Bruxel, Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; Leomar Silvestro, Vice-Diretor do Centro Social Marista – Cesmar –; e Rose Ceroni Canabarro, Vice-Presidenta do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Após, o Presidente concedeu a palavra, nos termos do artigo 180, § 4º, inciso I, do Regimento, a Luciano Bruxel, que se pronunciou sobre o tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, nos termos do artigo 180, § 4º, inciso III, do Regimento, pronunciaram-se Márcio Bins Ely, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra, Adeli Sell, João Bosco Vaz e Cláudio Conceição. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quatorze minutos às dezessete horas e onze minutos. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 024/17. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Resolução nº 052/17, discutido por Reginaldo Pujol; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 262/17 e o Projeto de Resolução nº 005/17, este discutido por Cláudio Conceição. Ainda, André Carús, Cassiá Carpes e Ricardo Gomes pronunciaram-se durante o período de Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER,

pronunciaram-se Tarciso Flecha Negra, Cláudio Janta, Sofia Cavedon, Mônica Leal, Roberto Robaina, Ricardo Gomes e Fernanda Melchionna. Também, foi registrada a presença de Ozias Morais, vereador de Curitiba – PR. Às dezoito horas e vinte minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Valter Nagelstein e Cláudio Janta e secretariados por Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar sobre as doações ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – Funcriança. Convidamos para compor a Mesa o Frei Luciano Bruxel, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA; o Sr. Leomar Silvestro, Vice-Diretor do Centro Social Marista; a Sra. Rose Ceroni Canabarro, Vice-Presidente do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Sr. Luciano Bruxel, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, está com a palavra.

O SR. LUCIANO BRUXEL: Muito boa-tarde a todos e a todas. Saúdo a Mesa, o Presidente Cassio Trogildo, a Rose, representando aqui o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e, através deles, toda a Mesa, todos os Vereadores e Vereadoras, todos aqui presentes, alguns representantes de instituições de atendimento da criança e do adolescente.

Eu quero agradecer ao Francisco Dornelles, que mediou aqui essa possibilidade, através do Ver. Márcio Bins Ely, para a gente poder ter esse espaço importante aqui nesta Casa de divulgação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Vocês sabem que a cidade de Porto Alegre foi a que primeiro implantou, em 1990, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; e, junto com o Conselho, criou o Fundo Municipal, que, desde 1990, tem ajudado a implementação das políticas da criança e do adolescente na cidade de Porto Alegre.

Hoje, no Conselho, nós temos quase 500 instituições que têm um registro, inscrição de programas, e que atendem hoje mais de 60 mil crianças na nossa Cidade, desde a educação infantil, com as escolas infantis, as antigas creches comunitárias, que são 226, e atendem quase 20 mil crianças na educação infantil. Nós temos todos os serviços da assistência social. Hoje, lamentavelmente, muitos de vocês leram uma matéria que apresenta muito negativamente o trabalho das instituições, mas a assistência social aqui em Porto Alegre é executada no serviço de convivência, no atendimento às famílias, no acolhimento institucional, no serviço de abordagem de crianças e adolescentes em situação de rua, enfim, em todas as políticas hoje que cuidam das

nossas crianças e adolescentes. Nós temos esse conjunto de instituições que, bravamente, ao longo desses anos, desde o processo de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, passando por todas as gestões dos diferentes Governos, estiveram à frente no processo de execução das políticas voltadas à garantia dos direitos da criança e do adolescente. O nosso Conselho é paritário, tem uma composição especial, é composto por 21 Conselheiros, sete de instituições de atendimento direto, sete de atendimento indireto, e sete representantes do Executivo Municipal. O Conselho tem a tarefa de discutir toda política da criança e do adolescente, deliberar sobre o Fundo da Criança e do Adolescente. E o Fundo Municipal, particularmente, é um instrumento importante no processo de ampliação e qualificação de toda a rede de atendimento de nossas crianças e adolescentes da Cidade. O Fundo Municipal de Porto Alegre tem sido referência nacional pela capacidade de captação de recursos, mas tem um potencial muito grande de a gente poder ampliar a captação da destinação do incentivo muito especial, que os fundos, tanto o Fundo da Criança, quanto também o Fundo do Idoso tem a possibilidade de tanto pessoa física, quanto jurídica, pessoa física 6% do imposto de renda devido, e pessoa jurídica 1% de destinação para esse Fundo. É uma possibilidade que nós temos na Cidade de que os destinadores, até comumente se fala de doação ao Funcriança, que também é possível, mas especificamente, a destinação de imposto de renda, é uma destinação de imposto de renda devido. Na verdade, o Município criou uma lei que foi aprovada nesta Casa, que falta apenas a regulamentação, que é a Lei nº 10.797, de 23 de dezembro de 2009, que possibilita a administração direta e indireta do município de Porto Alegre, a Câmara Municipal de Porto Alegre a antecipar valores a serem doados ou destinados para os servidores municipais ativos e inativos ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. Como uma forma, aquilo que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, como uma co-responsabilidade de todos na garantia dos direitos das nossas crianças e adolescentes.

Este ano o Fundo Municipal de Porto Alegre, no ano que passou, melhor, ele arrecadou através de destinações, quase R\$ 17 milhões de reais. É um valor significativo, mas o potencial que se fala que nós temos de captação, nós não chegamos a 15% do potencial de captação que o Funcriança tem. É uma possibilidade – hoje nós temos aqui Vereadores, Vereadoras, trabalhadores, servidores públicos neste momento difícil captação que nós viemos no País, no Estado, no Município – de conclamar por uma responsabilidade coletiva e todos se engajarem no sentido de acompanharem a execução, nas comunidades, nas diferentes entidades que prestam esse valioso trabalho de cuidado da infância da nossa Cidade e de ajudarem a fortalecer esse mecanismo tão importante que temos a nossa disposição e é uma forma de a gente garantir que recursos de impostos fiquem no nosso Município, aqui na cidade de Porto Alegre. E, além do mais, cada cidadão, cidadão também pode acompanhar a execução dos diferentes serviços e programas que hoje nós executamos na rede de atendimento da criança e do adolescente de Porto Alegre. Por isso, a nossa fala e o convite é para que todos se engajem e acompanhem a execução de projetos e políticas tão complexas como hoje temos e que têm sido comumente falados hoje que é a questão do acolhimento

institucional de criança, e adolescentes. Hoje só nessa política, que é tão desafiadora, nós temos praticamente 1.500 crianças em acolhimento institucional na cidade de Porto Alegre. E nós queremos, primeiro, fortalecer as políticas da rede básica para diminuirmos o número de crianças em situação de acolhimento institucional e poder garantir que elas tenham o seu direito de crescer dentro das suas comunidades, vinculadas com as suas famílias, como o Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza, o direito à convivência familiar e comunitária também como o SUS preconiza que todas as políticas nossas devem fortalecer os vínculos familiares e comunitários. E a nossa rede de atendimento tem feito isso ao longo dos anos com muito esforço, com muita criatividade. São milhares, hoje, de trabalhadores sociais, educadores sociais, técnicos sociais que cuidam da infância da nossa cidade de Porto Alegre. Nós temos sim hoje uma política de conveniamento através da Secretaria de Educação, através da FASC, mas, de longe, quem está no cotidiano do atendimento sabe que o recurso repassado através dos convênios atende a todas as necessidades para a gente garantir um atendimento de qualidade que as nossas crianças e adolescentes merecem. Vocês têm visto um outro exemplo que eu acho que é bem conhecido na Cidade é a execução de um programa que talvez tenha uma visibilidade muito importante que nos assustou muito, há 10, 12 anos, chegamos a ter na Cidade de Porto Alegre quase 400 crianças moradoras de rua. Hoje nós temos muitas crianças em situação de rua, sobrevivência, mas graças a um projeto que foi discutido, que nasceu no Conselho e foi construído por um acúmulo de experiências que gerou o programa que nós conhecemos o Ação Rua, que nós conseguimos modificar a realidade de muitas crianças e adolescentes em situação de rua. Hoje nós temos, sim, uma preocupação muito grande, temos tantos adultos moradores de rua, mas, se nós não cuidarmos bem da infância nossa, nós veremos mais e mais crianças e adolescentes que não têm os seus direitos garantidos enchendo a nossa FASE. Vocês sabem o custo de um adolescente que teve direitos violados, que não teve uma rede que foi capaz de cuidar, o quanto ele custa para o Estado? Então, o meu convite, em nome do Conselho, em nome das instituições, em nome de todos os que lutam pelos direitos da criança e do adolescente, é que a Câmara de Vereadores se some no processo também de regulamentação desse processo também aqui na Câmara de Vereadores. Na Prefeitura, há alguns anos, há o desconto em folha daqueles funcionários que aderem diretamente com um adiantamento do Município, assim nós também queremos que aqui na Câmara de Vereadores todos os trabalhadores que têm Imposto de Renda devido façam a destinação desse percentual que a lei permite de destinar e fortalecer o nosso Fundo que atende tantas crianças e adolescentes da nossa Cidade. Queria concluir, chamando a atenção, fazendo um convite a todos os trabalhadores da Câmara de Vereadores, Vereadores e Vereadoras, que todos ajudem a difundir, é muito fácil fazer uma destinação, uma doação, é só acessar o Funcriança, o *site*, lá tem o passo a passo como se gera o documento de arrecadação. Aqui, na Câmara, está se proporcionando, está se estudando internamente, a gente quer que avance esse processo para facilitar que o trabalhador que trabalha nesta Casa possa fazer uma declaração, e a Câmara de Vereadores, através de uma regulamentação de Mesa, pelo que me explicaram aqui, possa facilitar esse processo,

porque o potencial que me foi falado só aqui da Câmara de Vereadores, se fossem todos doar, seria da ordem de R\$ 300 mil por ano que poderiam ser destinados para fortalecer o Funcrância. Então o convite é para que todos se engajem. Os desafios dos cuidados da criança e do adolescente eles são, sim, de responsabilidade da família, da comunidade, e de todos nós que fizemos parte da sociedade. As crianças e os adolescentes merecem da nossa Cidade a maior energia, o maior empenho, porque a nossa grande batalhadora, defensora dos direitos da criança e do adolescente, Haide Venzon – a qual também dedico esta fala –, sempre diz que o tempo da criança é hoje, às vezes a gente espera e é tarde. Por isso o convite para que todos se engajem nessa campanha no sentido de a gente fortalecer o fundo e a política de atendimento da criança e do adolescente da nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero aqui registrar o nosso agradecimento ao nosso colaborador da Bancada do PDT, Francisco Dornelles, que vem diuturnamente insistindo nessa pauta, ajudando várias entidades no que diz respeito à arrecadação do Funcrância e que nos ajudou também a formatar, nos moldes da Prefeitura, essa possibilidade que está sendo aventada aí com a Presidência do Legislativo sobre os agendamentos para doação por parte dos servidores da Câmara Municipal de Porto Alegre. Então, hoje, neste período temático de Comunicações, quero compartilhar com meus colegas Vereadores, funcionários da Casa, ouvintes da Rádio Câmara, telespectadores da TVCâmara, algumas informações sobre a possibilidade de doar parte do seu imposto de renda devido a projetos de promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes de Porto Alegre. Essa contribuição pode ser realizada por meio do Funcrância em todo o Estado. Em Porto Alegre, o potencial de arrecadação é de aproximadamente R\$ 130 milhões, um valor substancial, que poderia resolver muitas dificuldades de crianças e jovens, afastá-los das ruas e da criminalidade por meio de projetos sociais de inclusão e profissionalização. Como aqui na Capital só participam 10% das pessoas com potencial de doação, apenas conseguimos arrecadar, como foi dito aqui, em torno de R\$ 17 milhões. Se todas as pessoas com possibilidade de doar participassem, poderíamos arrecadar R\$ 100 milhões a mais, o que não é pouco. Conversei sobre esse assunto com vários amigos e pessoas das minhas relações e verifiquei que grande parte desconhecia essa possibilidade de doar o valor devido do imposto de renda, não só na pessoa física, mas também na jurídica. Por isso, quero chamar atenção de todos para essa oportunidade de ajudarmos as crianças e adolescentes e, por outro lado, mantermos um tecido social mais sadio e seguro para todos nós e para a sociedade porto-alegrense de um modo geral. Sabemos que as crianças e jovens em situação de vulnerabilidade são facilmente cooptadas pelo tráfico, onde aprendem, muitas vezes, a roubar e até a matar.

Todos nós temos a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento social e econômico e promover um ambiente favorável para uma sociedade mais justa e igualitária. Como contribuintes, podemos caminhar nesse sentido aproveitando a renúncia fiscal promovida pelo Governo Federal, para recompensar as empresas e as pessoas que investem no setor social. Assim prestamos auxílio ao Estado e ao Terceiro Setor na execução de políticas públicas que buscam a recuperação de contingentes de pessoas sem oportunidade de ter uma vida digna, e melhoria das condições econômicas e sociais, especialmente na nossa Cidade.

O ente federal delega aos Estados e Municípios, com base em regramento legal que abrange o ECA, a legislação tributária federal e as leis municipais, a possibilidade de distribuir recursos para entidades e projetos habilitados no Funcriança sob o manto do imposto de renda. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi criado em Porto Alegre em 1991, para administrar e fiscalizar as doações feitas a entidades assistenciais. Toda verba destinada ao Funcriança é integralmente investida nas entidades cadastradas, a partir da aprovação de projetos encaminhados ao Conselho, que é o CMDCA. Hoje, com todas essas notícias sobre desvios de recursos públicos, as pessoas se perguntam: “Como saber se a verba será destinada às entidades escolhidas?” É importante esclarecer isso. A aplicação dos recursos do Funcriança é fiscalizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pela Auditoria-Geral do Municipal e pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE.

As doações ao Funcriança possibilitam a qualificação da rede de atendimento, auxiliando um processo de inclusão de jovens cidadãos que vivem em vulnerabilidade social e, muitas vezes, em situação de rua, e evitam que outras crianças e adolescentes passem a fazer da rua o seu local de subsistência e moradia. Nossa contribuição, além de auxiliar cerca de 50 mil crianças e adolescentes atendidos, diariamente, pela rede municipal e conveniada, é também, sem dúvida nenhuma, um exercício de cidadania. Ao contribuir com o Funcriança, estamos decidindo que parte do nosso imposto fique em Porto Alegre para o desenvolvimento de programas e serviços dirigidos a nossa infância e juventude. É importante explicar que as doações não saem de nosso orçamento, elas já são revertidas e são apenas recursos deduzidos do Imposto de Renda e o recurso já devido apenas redirecionado por nós para a nossa Cidade.

As doações podem ser feitas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, como já foi dito aqui. As pessoas físicas podem doar até 6% do imposto devido, apurado na declaração de ajuste anual do Imposto de Renda do ano do calendário anterior, somadas as contribuições e projetos culturais. As pessoas jurídicas podem doar até 1% do imposto devido, independente de outras doações previstas na lei. Quem quiser doar em Porto Alegre, poderá obter as informações sobre as etapas para fazer a doação e os projetos aprovados pelo Funcriança para receberem os recursos no *site* do Fundo, que pode ser acessado no seguinte endereço: www.portoalegre.rs.gov.br/funcriança. Em caso de dúvida é importante também lembrar aqui os telefones do Funcriança, especialmente para quem está nos assistindo ao vivo, pela TVCâmara: 3289-8432 ou 3289-8429. Quem mora em outros Municípios, na Região Metropolitana,

especialmente, pode procurar por meio da ferramenta de busca Google digitando Funcriança, o nome do Município, sede da entidade com que deseja contribuir. Em Porto Alegre, existe também a Lei nº 10.797, de dezembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 16.713, de 2010, que autoriza o Executivo e o Legislativo a adiantar os recursos financeiros para fins de doação pelos serviços ativos e inativos ao Funcriança. No caso da Câmara Municipal, isso ainda depende de uma regulamentação interna. É importante frisar também que qualquer pessoa pode doar para o Funcriança, independentemente de ser contribuinte do Imposto de Renda. As informações também podem ser obtidas pelo *site*.

Para finalizar, colocamos o nosso gabinete à disposição, especialmente a nossa assessoria da bancada do PDT, por intermédio do nosso servidor da bancada, Francisco Dorneles, e convidamos todos, então, a fazerem parte dessa ação cidadã. Cumprimentos, mais uma vez, a todos os envolvidos. Acho que avançamos muito em Porto Alegre, mas ainda há muito que melhorar. Muito obrigado pela atenção, uma boa tarde a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, meu boa tarde, meus cumprimentos o Frei Luciano Bruxel, que é militante de uma vida inteira pelos direitos da criança e do adolescente, Presidente do Conselho da Criança; o Sr. Leomar Silvestro, Vice-Presidente do Centro Social Marista – Cesmar, fazendo aqui referência que o Cesmar é uma ilha que constrói esperança na vida de muitas crianças e adolescente, lá na Zona Norte, entre as nossas duas escolas, a Timbaúva e a Wenceslau, que sabem o que é manter um trabalho sério, consistente no meio da violência, do tiroteio, do abandono muitas vezes do Poder Público, e o Cesmar, ali do lado, dando encaminhamento para essa gurizada, dando oportunidade. Quero parabenizá-lo e usá-lo como exemplo da importância do investimento na criança e no adolescente nas entidades. Cumprimento a Rose também, que é a Vice-Presidente do Fórum Municipal do Direito da Criança e do Adolescente; cumprimento meus colegas, minhas colegas municipais, do DMAE, da SMAM, do DMLU, da educação, da FASC, da cultura, que estão nos acompanhando em várias secretarias, que estão em uma greve de mais de 15 dias e estão numa grande expectativa de que esta Câmara consiga ajudar a solucionar esse impasse. Dizer para os nossos colegas que o fórum é uma organização exemplar da nossa Cidade, que reúne mais de 500 instituições da sociedade civil, que, vocês sabem muito bem, atuam na rede de educação e na rede socioeducativa da cidade de Porto Alegre, conveniadas com a Prefeitura de Porto Alegre.

O mais estranho ou mais maluco que está acontecendo nesta gestão é que nós tivemos muitas vezes essas entidades, em outros anos, voltando a esta Casa, mesmo no início do ano, reivindicando, lutando, porque os convênios que são hoje a principal

política de educação infantil, em número, em quantidade de crianças atendidas, vêm do convênio com as creches comunitárias. São 226 instituições que seriam escolas infantis nossas! Um convênio que acabou substituindo uma ação direta do Estado muito porque o Estado foi socorrer as creches que existiam, não foi um movimento terceirização, mas que ficou de um tamanho importante. E nós temos brigado ano após ano para que ele não seja deficitário, como ainda é, na manutenção dessas instituições – 20 mil crianças de zero a seis anos. Por que é esquisito ou estranho este momento que estamos vivendo? Porque nós estamos com o funcionalismo direto em greve, muitas escolas infantis próprias da Prefeitura não funcionando, muitas instituições, muitas escolas de ensino fundamental e algumas escolas sendo fechadas. A nossa assessoria da CECE estava agora atendendo a Escola de Educação Infantil Pica-Pau Amarelo, da Praça Alto da Bronze, porque ontem as mães foram chamadas e foram informadas que cem vagas, Frei Luciano – e já vou fazer a denúncia para o fórum e para o conselho – de educação infantil, integral, o Prefeito vai fechar, porque não quer manter o aluguel do espaço anexo numa escola infantil própria no Centro de Porto Alegre; e mais o maternal que vai funcionar em meio turno. Então, ao mesmo tempo em que vemos uma perspectiva de melhoria no convênio, em que estamos monitorando a partir de um novo marco, o Governo Municipal é perverso, chegou com um discurso de privatização, de PPP, que atingia a água, que é bem inalienável, quer atingir a nossa Carris. E, portanto, aparentemente, valorizar os convênios – aparentemente, vamos ver se na vida vai acontecer -, mas destrói o serviço público direto.

(Aparte antirregimental do Ver. Cassiá Carpes.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: É o Funcriança, Ver. Cassiá Carpes. E o Funcriança é um instrumento, Ver. Cassiá, não fique revoltado, complementar do atendimento dessas crianças e adolescentes. Eu acompanhei e acompanho muito o Funcriança e o financiamento da Educação Infantil. E registro que é importante tu teres aberto um espaço aqui. Nesse último minuto, vou me dedicar mais ao Funcriança. Por quê? Porque ele não é a política central, ele é complementar. Aliás, os convênios deveriam ser suficientes para ter gratuidade, qualidade, para pagar os professores com a dignidade que tem que pagar. Então, nós não vamos aceitar, porque eu sei que o Prefeito foi no Fórum das Entidades - que está aqui lutando para ter dinheiro no Funcriança - colocar as entidades contra a categoria, contra a rede municipal, pedindo para que viessem aqui aprovar o Previmpa e os projetos que tiram os direitos dos trabalhadores. Isso está errado. Nós somos uma rede única, é uma política única. Todas as políticas públicas, as que atendem as crianças, sejam nos convênios, sejam de rede própria, têm que ser valorizadas, têm que ter investimento. E nós vamos, sim, apoiar e fortalecer, fazer campanha para quem puder, individualmente, complementar o que o Governo tem que priorizar com a sua devolução do Imposto de Renda o Funcriança. É isso, toda a força à criança e ao adolescente principalmente com políticas públicas sérias e continuadas.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente, Vereadores, Vereadoras, funcionários, quero cumprimentar aqui o Presidente do Conselho Municipal, Sr. Luciano Bruxel, parabéns pela sua fala; o Vice-Presidente Leomar, Sra. Rose Ceroni Canabarro, Vice-Presidente do Fórum Municipal dos Direitos da Criança, cumprimento o Ver. Márcio Bins Ely por estar dando a oportunidade de a gente falar de um trabalho tão importante. Isto é muito importante.

Eu trabalhei por 15 anos, depois que parei de jogar futebol, nisso. Eram 80 crianças, trabalhei lá na Ponta Grossa, no Chapéu do Sol, estava na Secretaria de Esportes o João Bosco Vaz. Trabalhei muito tempo, inclusive a minha escolinha particular dava 20 bolsas para a FASE, que na minha época era Febem. Vejam a importância de a gente trabalhar com essas crianças com carinho, com amor e valorização. Um a dois anos atrás, na Rua da Praia, eu estava caminhando, e me vem um adolescente, de gravata, e diz: “Professor, parabéns pela força em suar lá no campo com a gente no campo com a gente”. Ele tornou-se fiscal da Carris. Era um adolescente não infrator que vivia na Fase.

Ouvindo a sua fala, Luciano, eu voltei àquele tempo. Eu não estou aqui na tribuna para falar sobre imposto de renda, o Ver. Márcio Bins Ely já citou isso, eu estou aqui para falar da importância, gente, que nós temos que dar a essas crianças e jovens, que vão ser o futuro deste País. Menos violência, mais respeito, tudo isso aí eles vão aprender. Eu canso de falar aqui nesta tribuna: não é o momento de esperar pelos governantes, chegou o momento de a sociedade entrar em campo, porque são nossas crianças, são nossos bens preciosos, e não deixar que essas crianças tenham a cabeça vazia, pois como diz o ditado, cabeça vazia, oficina do diabo. Essa é a verdade. Então eu quero aqui cumprimentar todos vocês, têm o meu apoio. Eu não consegui tal apoio com dinheiro, porque, na época, o futebol não era o que é hoje, todos sabem disso. Mas uma coisa maravilhosa eu consegui: colaborar por 15 anos me dedicando a essas crianças, com muito amor e com muito carinho. Então eu quero dar os parabéns a vocês, contem com este Vereador. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nobres visitantes, sejam sempre bem-vindos à Casa do povo, servidores de Porto Alegre, sempre bem-vindos também. Estamos numa grande batalha para que Porto Alegre construa, com muita dedicação e solidariedade, uma grande frente de pessoas de bem em defesa da Cidade, da cidadania e dos direitos. Em boa hora somos aqui visitados pelo Fórum de Entidades, pessoal do Conselho Municipal da Criança e do

Adolescente, da Assistência Social, para tratar conosco a questão do Fundo Municipal que o Márcio Bins Ely aqui corretamente bem posicionou. Eu fico impressionado como essas questões de cidadania, de assistência social estão menosprezadas no Orçamento. Hoje é a primeira discussão de Pauta do Orçamento da Prefeitura de Porto Alegre. E eu quero mostrar que existe uma micro chamada para a questão da Assistência Social aqui no texto que nos foi dado, neste calhamaço e nos outros três volumes que estão ali minha frente. Mas eu queria mostrar para vocês quanto está previsto de receitas nesta área da Assistência Social. Vou mostrar o número alarmante de 0,11. Vocês anotaram? Ouviram bem? Não é 11; é 0,11% do orçamento de R\$ 7 bilhões para a questão da FASC, da assistência social. As senhoras e os senhores querem saber quanto ao acolhimento institucional às crianças e aos adolescentes, quanto vai ter? R\$ 11 milhões. Abordagem social da criança e do adolescente: R\$ 1 milhão. Vou repetir: do orçamento de R\$ 7 bilhões que tem a Prefeitura de Porto Alegre, nós teremos 0,11 para a assistência social, via nossa Fundação, sendo que para as crianças em abordagem social, portanto crianças de rua e adolescentes, R\$ 1 milhão, e para o programa de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, R\$ 11 milhões.

Isto é uma demonstração do descaso total e absoluto – e aqui não tem um discurso político e ideológico, aqui é um discurso de números. Está aqui o orçamento de Porto Alegre. Nós precisamos, como disseram os Vereadores Márcio, Sofia e Flecha, nos mobilizar, porque a sociedade paga impostos, e nós podemos tirar uma pequena parcela do imposto de renda para o Fundo Municipal. Todo o dia 15 de cada ano o nosso gabinete, os meus amigos, nós começamos uma campanha de ampla divulgação, porque as pessoas, muitas vezes, não sabem que podem contribuir para que doem para o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. É uma campanha fundamental, de cidadania, e este ano nós temos que fazer isso multiplicado por dez vezes, porque nós estamos sabendo do desdém, do desleixo com que é tratada esta questão.

Meu caro Alvoni, nós, que debatemos várias vezes, inclusive projetos de V. Exa. sobre a questão da assistência social, estes são os números. São números inaceitáveis.

Tenho conversado muito com o Alex, que é professor sobre este tema, também, e a Sofia já mencionou uma escola aqui pertinho da Câmara. Eu já fiz um Pedido de Informações sobre o que foi dito hoje por várias pessoas que nos procuraram sobre estes números.

Nós queremos fazer o verdadeiro debate sobre a cidade que nós queremos, porque a cidade que nós queremos é uma cidade para as pessoas, com dignidade para as pessoas. Para ter dignidade para as pessoas, tem que ter atendimento atrás do balcão. Quem fica atrás do balcão? O servidor público. Servidor público tem que ficar atrás do balcão? O servidor público tem que ter dignidade também como qualquer pessoa humana, por isso nós estamos na mesma trincheira. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quando eu vejo que a Câmara se reúne para falar do Funcrância, e o Presidente do CMDCA está aqui, mais convicção eu tenho de votar contra esse projeto do Governo em que o Governo quer, ele, administrar os fundos. E é impossível dar essa carta para o Governo, porque isso nunca aconteceu! O CMDCA tem que administrar como vem administrando, com transparência, com investimento, expondo-se aqui nesta tribuna pedindo a colaboração de todos nós e da sociedade. Por que o Governo tem que intervir nisso? O Governo precisa é explicar por que está usando o fundo da EPTC sem autorização da Câmara. Então nós, Vereadores, precisamos estar alerta quando esse projeto vier para cá, cada fundo com o seu papel, com a sua atribuição. E eu falo aqui com a pretensão de quem foi Secretário de Esportes e só me dediquei, o Ver. Tarciso trabalhava comigo, a cuidar da criança e do adolescente. Inclusive, fui parar no Ministério Público, Padre, porque eu criei o chamado Bonde da Cidadania, um ônibus que passava pelas sinaleiras de Porto Alegre convidando as crianças para a prática esportiva, com alimentação, com roupas limpas, com banho. As crianças drogadas eram proibidas de fazer esportes, mas tinham carinho. E foram ao Ministério Público dizendo que eu não podia tirar das ruas as crianças porque elas tinham o direito de ir e vir. Criança que está drogada tem que intervir, não tem direito de ir e vir. Nós temos que proteger as crianças e os adolescentes. E esse Projeto chamado Bonde da Cidadania, e o Cesmar esta aqui presente, fiz inclusive um convênio para colocar uma pista enorme lá. Isso ajuda, motiva a criança. O projeto Bonde da Cidadania juntamente com o projeto que a FASC fez na época. Quando nós assumimos tinha cerca de 700 crianças nas ruas de Porto Alegre. Não tenho a pretensão de dizer que os projetos que eu fiz, Ver. Kevin Kriger, que foi o Presidente da FASC na época, resolveram, mas contribuíram, em muito, para tirar das ruas, das drogas e das más companhias crianças e adolescentes, isso eu tenho certeza. Criei o Social Esporte Clube em troca da isenção de IPTU que os clubes têm, chegamos a ter mais de 500 crianças, fazendo esportes gratuitamente nos clubes de Porto Alegre, cujos pais que ganhavam até 4 salários mínimos. Hoje não sei quantas crianças têm. Criei o maior projeto social que a Prefeitura poderia ter: Esporte dá Samba, que é uma escola de samba infantil. Eu fui ao Rio de Janeiro conhecer o projeto social da Beija Flor e da Mangueira, eram 3.000 crianças de 70 comunidades, com oficinas no ano inteiro. E não é que, neste ano, com a troca de Governo, o projeto não pode sair depois de 10 anos. E os 200 instrumentos estão guardados lá na Secretaria de Cultura, numa sala. Eu não sei o que vão fazer, e as crianças voltaram para a rua, porque os pais saem para trabalhar às 7h da manhã, a mãe sai para trabalhar às 7h15min, e a criança fica lá jogada. Se não tem atividade, se não tem ocupação, o vagabundo vai lá e adota a criança, adota o adolescente. E não adianta conversar, não adianta tentar sensibilizar os nossos governantes. Não conseguimos sensibilizar. Criamos um projeto chamado Banco do Tênis e arrecadamos mais de 5.000 pares de tênis em toda a Porto Alegre para doar às crianças que não tinham condições de fazer

esportes. Agora querem trocar o nome do projeto para Banco do Esporte, só porque foi criado no outro Governo. Pelo amor de Deus, eu fui Secretário de Esportes depois de 16 anos do PT. E eu assumi e mantive todos os projetos do PT, porque todos eram ótimos para as crianças e adolescentes. (Palmas) Não misturem política partidária com políticas públicas. Política partidária é uma coisa, políticas públicas para o bem estar das crianças e adolescentes é outra coisa. Muito obrigado, Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra em Comunicações.

O SR. CLÁUDIO CONCEIÇÃO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Estava atento ouvindo as manifestações, e não poderia deixar passar em branco esse momento, até porque muito pude participar indiretamente. Trabalhei nas duas delegacias da Zona Norte, um lugar onde tem um índice de criminalidade crescente, alarmante, e cada vez mais a gente se vê estarecido porque em cada investigação que se faz, se vê cada vez mais adolescentes e crianças inseridas no tráfico e no combate à criminalidade. Então eu não poderia deixar de mencionar a importância deste trabalho, feita sobretudo pelo Cesmar, que faz um trabalho de arrebanhar as crianças ali, e faz uma inserção sócio-educativa extremamente relevante. Num tempo onde as crianças estão sendo acolhidas, estão sendo realmente recrutadas pela criminalidade, pelo tráfico de drogas, não poderíamos deixar passar esse momento sem ressaltar o trabalho de vocês, da supervisão feita pelo CMDCA, a questão do abandono das crianças nesta Cidade. É importante, mais do que nunca, nos voltarmos para colocar nosso olhar, um olhar diferenciado no sentido de resgatar as crianças, porque hoje existem dois meios de recrutamento extremamente importantes: a igreja, a fé, é um trabalho que tem sido relevante e respeitado no sentido de acolher as crianças, sobretudo aquelas que estão em um lugar onde o Poder Público não consegue chegar com eficácia. Cada vez mais precisamos nos unir como organismos vivos da sociedade para que possamos ter um futuro muito melhor do que o que estamos tendo hoje com o presente. O presente é aterrador, o presente é desestimulador naquilo que estamos vendo. Nós precisamos ter investimentos cada vez maior no sentido de as empresas e empresários poderem fazer com que os meios financeiros possam ser investidos, para que este fundo possa fazer um trabalho como tem sido feito pelo Cesmar. Quero estimular e me colocar à disposição naquilo que pudermos estar fazendo, como palestras, para que a gente possa estar fortalecendo cada vez mais as crianças que já estão no trabalho de resgate e caminho diretivo da cidadania e da dignidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h14min.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 17h11min): Estão reabertos os trabalhos.

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2745/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 024/17, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Não há quem queira discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão da Pauta Especial.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2636/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 052/17, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à Instituição Beneficente Coronel Massot – IBCM.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2405/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 262/17, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que inclui o evento Torneio Aberto de Golfe Município de Porto Alegre no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na primeira quinzena de dezembro.

PROC. Nº 0711/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/17, de autoria do Ver. Cláudio Conceição, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Departamento Estadual

de Investigações do Narcotráfico (Denarc) da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, pelo trabalho realizado por seus policiais na ação denominada Operação Santo.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, servidores, eu venho aqui porque é de suma importância. Todos sabem da minha luta desde que entrei aqui na Câmara de Vereadores para a construção do Museu da Cultura do Povo Negro em Porto Alegre. A sua instalação foi aprovada em 2010 na Câmara de Vereadores de Porto Alegre e a lei prevê que o Município destine um terreno para a sua construção. Os principais objetivos do museu do negro são a criação de um espaço para auxiliar as escolas no ensino sobre a história e a cultura afrobrasileira; divulgar a contribuição dos afrodescendentes para desenvolver em Porto Alegre, também servirá para estimular o estudo dos hábitos e costumes dos afrodescendentes. Tornar um centro de referência para estudos sobre o negro no Município de Porto Alegre, um espaço de expressão e manifestação cultural do nosso povo. Para que esses objetivos sejam alcançados é fundamental que o Museu do Negro seja erguido num local que seja referência para o povo negro, na cidade de Porto Alegre. No próprio projeto existe a indicação do local para construção do memorial. Este é o lugar: o Largo Zumbi dos Palmares, na Cidade Baixa. Ali se passa a história do nosso povo, na capital do Estado. E é ali que o Museu do Negro deve ser construído. O Largo Zumbi dos Palmares, além de estar numa região central da Cidade, tem acessibilidade para estacionamento, um local marcado para a luta do povo negro.

Subi à tribuna da Câmara de Vereadores de Porto Alegre para reforçar isso, pois tramita aqui na Casa um projeto que prevê a transformação do memorial Luis Carlos Prestes, na Av. Edvaldo Pereira Paiva, o Museu da História da Cultura do Povo Negro. Venho me manifestar mais uma vez aqui para dizer que sou contra e que fiquei muito surpreso ao ver o meu nome em um projeto de minha autoria vinculado a uma proposta de um colega, sem que eu tivesse conhecimento do que estava sendo proposto. Acredito que a iniciativa do colega, como projeto de transformar o Memorial Luis Carlos Prestes, no Museu do Negro, venha recheada de boas intenções. Porém, não gostaria de ver o meu projeto no Museu do Negro vinculado a outra proposta que não tem nada a ver com o nosso projeto.

O desenvolvimento da ideia para a criação do Museu do Negro partiu da reivindicação da comunidade negra local, onde sua pauta de representatividade no patrimônio cultural remete à indivisibilidade social dessa parcela da população. O povo negro merece ter sua história contada de forma verdadeira. É um local representativo na Cidade. A construção do Museu do Negro deve ocorrer em um lugar que pertença à comunidade negra da cidade de Porto Alegre, e não na Av. Edvaldo Pereira Paiva, que é um local que não representa nada para o nosso povo. Para terminar, Presidente, quero falar sobre o maior atentado terrorista desde o 11 de setembro, ocorrido nos Estados Unidos, amplamente divulgado em todo o planeta. Há poucos dias, depois da tragédia

na Somália, são poucas notícias que temos nos principais jornais do Brasil e do Mundo. Para a grande mídia, o fato de centenas de pessoas que morrem de forma brutal em um país africano historicamente castigado pela miséria, pelo conflito de milícias locais, não são assim tão importantes as vítimas e a localização geográfica desse tipo de tragédia. No entanto, um fator determinante para a comoção ou a falta dela nas pessoas, de acordo com o que pauta essa mesma mídia, dependendo do local, há pouca visibilidade. Eu não quero aqui falar da raça porque todos sabem que a Somália é africana. Aqui, quando falo do colega, tenho aqui o jornal Correio do Povo (Mostra jornal.) reportagem onde o colega fala, no meu nome, do projeto que é meu. Como é que posso pegar um projeto que não é meu, ir para o jornal e anunciar esse projeto que é de qualquer um dos nossos colegas aqui? Eu acho que isso é uma falta de ética muito grande, sei que as intenções dele são maravilhosas, mas a nossa intenção do Museu do Negro é: chega de migalhas! Nós estamos cansados de migalhas, não queremos esmola do Governo, nós queremos o que é de direito nosso, que é educação, que nos dê a chance de ter essa educação, nós que ajudamos a construir este País, chamado Brasil, que o amamos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Só quero dizer que me somo ao Ver. Tarciso, se fosse na Europa, um atentado terrorista com trezentas pessoas, teria uma repercussão que enlutaria todo mundo; porque foi na Somália, parece que tem menos importância e muito pouca gente falou. Então, tem a minha solidariedade.

Quero cumprimentar a presença entre nós do Ver. Ozias Moraes, do partido PRB, de Curitiba. Seja muito bem-vindo à nossa Casa e leve um abraço a Curitiba.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGILDO PUJOL: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, antes de mais nada, meus cumprimentos ao colega curitibano, que nos dá o prazer da sua visita no dia de hoje. Seja bem-vindo, volte sempre a nossa Casa, a sua bancada sempre nos recebe com muito carinho e nós nos somamos a eles, que são muito queridos para todos nós. Mas, Sr. Presidente, eu insisti em me manifestar na Pauta normal, porque, em 1ª Sessão no dia de hoje, nós temos um Projeto de Resolução de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à Instituição Beneficente Coronel Massot – IBCM. Normalmente eu poderia me resguardar para me manifestar na segunda-feira, quando certamente será o transcorrer da 2ª Sessão de Pauta, só não o faço porque já foi apregoado e definido que estou licenciado nos três primeiros dias da semana que vem para tratamento de assuntos particulares. Isso faz com que eu aproveite esta oportunidade, que passa a ser a última no que me diz respeito, para louvar a iniciativa da Ver.^a Comandante Nádia, que é absolutamente compreensível em se tratando de alguém que tem uma vida inteira vinculada à briosa Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul e que sente e proclama as excelências da instituição beneficente Coronel Massot, que, desde 1928 – veja bem, 1928 –

funciona aqui na cidade de Porto Alegre. Eu faço esses registros da data, 1928, porque, à época, não existia previdência social no Brasil. As organizações, os segmentos melhor estruturados se organizavam em caixa beneficente, e um grande comandante da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, o Coronel Afonso Emílio Massot, teve a feliz iniciativa de organizar esse instituto que, mais tarde, se tornou uma instituição que perdura a sua ação positiva por todo este tempo: são 90 anos de atividade. Então, se alguém pudesse escolher uma entidade merecedora desse destaque especial, que é a outorga da Comanda Câmara Municipal de Vereadores, se alguém tivesse que escolher uma entidade que fosse civil – poderia não ser –, para alguém como a Ver.^a Comandante Nádia, que faz parte da instituição, a escolha deveria ser essa – é lógico e é consequente. E por isso, por eu ter conhecido vários dirigentes da instituição ao longo do tempo, especialmente pelo relacionamento que eu tive há mais tempo, cerca de 50 anos atrás, com o Coronel Walter Peracchi de Barcellos, com o Coronel Gonçalo Curio de Carvalho e com outros coronéis da nossa briosa Brigada Militar do Rio Grande do Sul, mais recentemente como o Coronel Jesus Linhares Guimarães e o seu filho que hoje milita fortemente nas instituições representativas da Brigada Militar, eu não poderia deixar, neste momento preliminar, de manifestar desde já a minha absoluta solidariedade com a proposição, e a expectativa, Ver. Tarciso, de que, pela característica dessa proposta, ela chegue até nós lá na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e, se lá chegar, eu já, desde logo, me arvore e me apresento e me proponho a ser o Relator da matéria na nossa Comissão. Assim, Sr. Presidente, dentro do período regimental que me confere o Regimento e gozando da sua absoluta, serena e tranquila na condução efetiva dos trabalhos da Casa. Eu lhe agradeço a fineza e a gentileza, e deixo registrado esta minha posição nos Anais da Casa, neste importante dia do Parlamento porto-alegrense. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CLÁUDIO CONCEIÇÃO: Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e todos aqueles que nos acompanham no plenário e pela TVCâmara. Coincidentemente, na terça-feira, foi denunciado pelo Ministério Público que quatro criminosos das mais perigosas facções daqui, do Rio Grande do Sul, foram os responsáveis pela criação daquele fatídico túnel que estavam tentando fazer ali no Presídio Central de Porto Alegre. Os criminosos investiram mais de R\$ 1,5 milhão, durante aproximadamente quatro meses de trabalho, para construir o túnel que promoveria a fuga em massa dos criminosos ali, mas um trabalho minucioso do pessoal do Denarc – foram 30 agentes – impediu a fuga desses perigosos presidiários que atormentam a vida dos moradores de Porto Alegre e da Região Metropolitana. Aqui nós tivemos um ato de homenagem, em fevereiro, aos delegados e aos mais de 30 agentes

que estiveram investidos nessa operação que teve muito êxito, esses policiais trabalharam durante três meses.

Então, queria aproveitar este momento de opressão e parcelamento de salário em que estamos vivendo para registrar que os policiais estão trabalhando mesmo sem receber e prendendo – e prendendo muito –, e essa é a resposta da Polícia em tempo de criminalidade, mesmo não sendo valorizados como deveriam. E hoje os policiais estão prendendo muito, tanto que não tem onde colocar esses presos, eles estão sendo colocados em viaturas da Brigada. Nós temos que ressaltar a importância do trabalho da Polícia Civil e de todos aqueles que fazem um trabalho de prevenção, de combate ao crime na cidade de Porto Alegre, na Região Metropolitana.

E essa iniciativa da Câmara, de minha autoria, de homenagear com Título de Honra ao Mérito os 30 policiais e delegados que estiveram envolvidos nessa operação extremamente exitosa é mais do que oportuno, para ressaltar a importância e a valorização daqueles que fazem a segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul, mesmo não recebendo como deveriam receber, mas nós precisamos ressaltar e valorizar o trabalho desses agentes que fazem segurança pública com a própria vida. Então, aproveitando a importância deste momento, quero ressaltar e estimular os Srs. Vereadores para que apoiem e aprovelem essa menção honrosa aos policiais que fazem a segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul. Muito obrigado, Srs. Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Ver. Cláudio Conceição, que também é policial civil, tenho certeza que expressa sua fala pelo sentimento da corporação.

O Ver. André Carús está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu vou falar aqui usando o período de Pauta sobre a greve dos municipais e como o Poder Legislativo e o Poder Executivo têm tratado ou como deveriam tratar esse tema. Desde hoje pela manhã, embora não seja eu o Líder da nossa bancada, do PMDB, acompanhei a reunião das Lideranças. Agora à tarde, mais uma vez, na continuidade daquilo que foi discutido pela manhã, se deu o encaminhamento que, na minha visão, é importante porque se inaugurou com o diálogo exaustivo aqui dos Vereadores dos diferentes partidos, a possibilidade do Sr. Prefeito sentar, pelo menos uma vez, com uma representação da categoria dos municipais. E isso foi assegurado pela liderança do Governo, o que deve ocorrer na segunda-feira. Amanhã já deve ocorrer um primeiro movimento, uma primeira reunião. Acho, sinceramente, no momento em que nós chegamos agora da discussão daqueles projetos que já foram protocolados nesta Casa, que alteram o plano de carreira dos servidores municipais, que tratam sobre abrir mão da titularidade da gestão do saneamento do Poder Público, hoje exercida pelo DMAE, eu já não entendo que esses projetos devam ser deixados para o ano que vem. Nós temos que votar o quanto antes, tanto os projetos que têm relação com o serviço público

quanto o projeto que altera, na Lei Orgânica, a gestão do saneamento, hoje exercido pelo DMAE. Agora, nós temos que votar, e não vão ficar mais os servidores aguardando pelas reuniões, entre quatro paredes, na Câmara ou na Prefeitura. Os servidores vão aguardar pelo voto e manifestação de cada Vereador aqui neste plenário. Fui voto vencido, inclusive na minha bancada porque entendia que deveria ter um outro posicionamento, mas agora, como bem diz o Ver. Moisés, Líder do Governo, nós queremos o quanto antes, e vamos ver se a maioria refletida ali também se traduz aqui, porque é esse o embate que temos que fazer. Nós não estamos preocupados se o Prefeito gosta ou desgosta dos servidores. Nós não estamos preocupados se o sentimento do Prefeito em relação aos servidores é bom o ou mau. Nós estamos preocupados é com a Cidade e com a não paralisação dos serviços públicos, para que o ano letivo não seja comprometido, para que os postos de saúde tenham seu atendimento normalizado, para que os setores essenciais ao funcionamento da Cidade tenham, sim, a sua regularidade. Que o Governo deixe de falar meias verdades aqui nesta Casa, que o Governo agora assuma o seu papel e diga se quer extinguir a licença-prêmio, se quer acabar com o Regime de Dedicção Exclusiva. Queira ou não queira o PMDB, eu sou contra esses projetos e assim me manifestarei, porque sou independente, voto com a minha convicção, e faremos aqui um debate qualificado para que esta Casa não seja acusada de omissão.

Nós temos uma grande oportunidade, a partir de uma votação que fizemos ontem. A Câmara decidiu pela admissibilidade ou não de um processo de *impeachment* contra o Prefeito. Tivemos juízo, Ver. Ricardo, institucional de responsabilidade, rejeitamos pela ausência de fundamentos, pela falta de consistência. E a partir dali, o Governo teve uma oportunidade, hoje, de estabelecer um novo marco de relacionamento e diálogo com esta Casa – não o fez. Vai empurrando, e a greve que já vai para 16 dias pode se estender até o final do ano! E o que eu estou dizendo não é uma manifestação em favor de movimento sindical ou porque o meu partido está alinhado a um sindicato desse caso, porque não está e nunca esteve. É uma manifestação em favor de 21 mil servidores municipais que aguardam resposta e estão sendo enrolados, e nós tivemos a oportunidade hoje de abrir essa discussão e ela não foi feita. Então, agora, contem comigo para fazer o bom debate e votar aqui neste plenário os temas de que tratei aqui. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CASSIÁ CARPES: Quero saudá-lo, Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, a reunião de hoje me preocupou mais ainda, Ver. João Bosco, amigo e colega. Porque, na realidade, quando algum Vereador diz que tem que estudar mais o projeto, na prática, ele quer protelar mais o projeto. Porque se um Vereador que está aqui nesta Casa não tiver a sua convicção, a sua

coerência de como vai votar ainda, não será amanhã, nem daqui dois, três meses, que vai mudar a sua opinião, a não ser que ele tenha outras intenções, não essa de ter a sua opinião e coerência.

Na realidade, algumas reuniões se sucederão: amanhã, com o Vice-Prefeito, e, na segunda-feira, com o Prefeito. Eu estou rezando que dê resultado, Ver. Janta, mas sou meio incrédulo, porque, de fato, é mais fácil para alguns radicalizar, trazer o conflito e ficar essa tendência até o final do ano, nesse puxa para cá e para lá, e a Cidade está paralisada, a Prefeitura está paralisada.

Naturalmente, eu entendo que esta Casa deve assumir a sua responsabilidade e colocar para votar esses projetos do Executivo, que são, sem dúvida, prerrogativa nossa, da Casa. Quanto mais nós, aqui, deixarmos passar o tempo, a greve se acentua, o radicalismo se acentua, a Cidade perde porque não tem o seu serviço para a sociedade. E isso é preocupante, eu fui contra a decisão da minha bancada: dois a um, ganharam, paciência, mas não posso deixar de expressar a minha opinião, que sempre expressei. Expressei ali na reunião dos Líderes, naquele caminho da Assembleia, que está parada: não vota as questões do funcionalismo, e nós estamos indo nesse mesmo caminho, sem tomar decisões. Tomará que eu possa vir aqui semana que vem, Ver. Nagelstein, e dizer para que o Prefeito recuou, cedeu, dialogou, enfim, é o que todos esperam. Parece que é esta a sensação. A minha proposta é de que nós tivéssemos um prazo definido para votar nesta Casa, porque, se nós não tivermos um prazo aqui, perdemos as nossas prerrogativas e ficamos na mão aí de poucos, e a Cidade precisa agir e tomar decisões. Esta é a minha observação nesse sentido, de que a casa, na semana que vem, possa tomar uma decisão diferente desta, Carús, de que nós, ao sentirmos que as reuniões não vão ter andamento, que esta Casa use as suas prerrogativas de votar esses projetos que são do Executivo, em relação ao funcionalismo. E aí quem tiver maioria que vença aqui, o plenário é soberano, é aqui que tem que ser votado. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. RICARDO GOMES: Ver. Valter Nagelstein, discutimos durante a quarta-feira inteira aqui este pedido de *impeachment* infundado e sem sentido, proposto como um ato de mera oposição política. Discutimos na quarta-feira quase inteira esse pedido, eu poderia dizer que nós perdemos a tarde aqui, deixando de trabalhar pelo bem de Porto Alegre, deixando de analisar os projetos que temos a analisar e queimamos uma tarde inteira discutindo um pedido absolutamente inepto. Poderia dizer que não serviu para nada, mas serviu. Para algo, serviu. Nós tivemos, depois de tanto tempo, pelo menos o reconhecimento do PT, do Partido dos Trabalhadores, de que um pedido de *impeachment* é uma ferramenta democrática e não um golpe. Isso com muito atraso, mas pelo menos nós vimos os quatro Vereadores do PT se posicionarem a favor da

tramitação do *impeachment*. Disseram eles: “É uma investigação, não é um *impeachment*”. Acho que é uma falha regimental, porque para investigação há outras ferramentas, o *impeachment* é um *impeachment*, foi nisso que eles votaram. Tomara que isso valha retroativamente para 2016, 2015, 2014, quando tanto nós discutimos o *impeachment* não por uma bobagem, não sem fundamento contra o mais corrupto dos governos da história do Brasil, aí foram contra, mas agora foram a favor. Os dois governos mais corruptos da história do País: Lula e Dilma. E não sou eu que estou dizendo; qualquer reportagem da imprensa nacional e estrangeira vai mostrar isso. Aliás, atendendo aos berros que vêm do plenário, eu até pedi para me levantarem aqui quantos ex-ministros de Dilma e Lula estão presos. Parei de contar. São R\$ 47 bilhões em corrupção! Mas isso não era nada... O importante para eles é que o Marchezan poderia não ter cobrado antes do prazo uma taxa que estava suspensa pelo Judiciário, mas tudo bem. Cada partido com os valores que defende.

Quero falar também sobre a tramitação dos projetos que estão nesta Casa que dizem respeito ao funcionalismo. Há partidos que acham que diálogo é única e exclusivamente quando prevalece a sua opinião. Negociação é quando eles ganham. Quando é necessário se encontrar no meio do caminho, fazer sessões de parte a parte, aí são contrários. Nós vimos isso agora e vemos isso na discussão dos projetos. Eu respeito muito os funcionários públicos de Porto Alegre e respeito muito aqueles que defendem os vinte e seis mil funcionários públicos de Porto Alegre, mas eu gostaria de ver os partidos respeitarem todos os Vereadores que representam um milhão e meio de porto-alegrenses. Porque parece que, quando vêm a esta tribuna, só os votos deles é que valem, só a posição deles é que é justa, só eles que representam o povo e só eles têm o direito de representar a população. Respeito os votos que têm, mas acho que caberia a esses partidos respeitarem também o Parlamento inteiro, os votos de todos os Vereadores e a representação não apenas dos vinte e seis mil servidores, mas do um milhão e meio de porto-alegrenses que, junto com os servidores, passam pela crise do Município, enfrenta a situação dos serviços públicos e paga a conta. Sim, junto com os servidores, mas é um milhão e meio de porto-alegrenses que estão representados nesta Câmara, e não apenas 26 mil deles. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias, através da TV Câmara, através da nossa Rádio Web; eu vou seguir na linha do raciocínio do Ver. Ricardo Gomes. Eu acho que nós temos que nos preocupar e seguir nos preocupando com o um milhão e meio de habitantes de Porto Alegre. Esse um milhão e meio de pessoas que está vendo como está a nossa Cidade, esse milhão e meio de pessoas que foi às urnas e votou nas últimas eleições, esse milhão e meio de pessoas que não estão representadas aqui na Câmara.

Na hora de votar aqui no painel os projetos desta Casa, esse um milhão e meio não tem voto, porque nós chamamos aqui na hora de votar as 16 bancadas. A abstenção, o branco e o nulo nesta Casa não votam. Na Assembleia não votam e no Congresso Nacional não votam, nem na Câmara, nem no Senado. Mas este um milhão e meio, em 3 de outubro, se manifestou nas urnas. Não dão maioria nesta Casa e não dão maioria no Paço Municipal. Agora mesmo, tivemos eleições em Manaus, e o povo não deu maioria para o Governador que lá se elegeu. Então, eu acho que nós, membros do Legislativo e o Executivo temos que nos preocupar com este um milhão e meio, que quer que esses 21 mil municipais tenham de volta a sua dignidade e a sua tranquilidade do seu trabalho. Eu trabalhei a minha vida inteira na iniciativa privada e sei o que é isso, uma pessoa sair de casa de manhã, quando se está numa crise como agora, e quando o gerente ou encarregado chama a pessoa, e a pessoa vai em direção a esse encarregado e não sabe se vai ou não receber seu aviso prévio. E hoje são essas as condições em que os municipais de Porto Alegre se encontram. Fizeram concurso público, muitos trabalhavam em outros empregos e abriram mão para uma dedicação exclusiva. Para a senhora e o senhor que estão em casa entenderem, trabalhavam muitas vezes em uma outra cidade, trabalham muitas vezes no estado, era professores, eram enfermeiros, médicos, engenheiros, arquitetos e abriram mão e ficaram exclusivamente trabalhando na Prefeitura de Porto Alegre, e agora têm ameaçado o seu emprego, que é a sua aposentadoria. Contribuíram por dez, quinze, vinte anos com o seu salário máximo, e agora há a possibilidade de receberem metade desse salário. E essa a contribuição que ficou para trás? Aí o Governo diz que é daqui para frente, se o projeto tivesse que os novos funcionários contratados teriam esse regime: não está isso no projeto. Eu não sou o dono da verdade, mas eu fiz isso a minha vida inteira. (Palmas.) A gente não pode querer ensinar um pedreiro a construir uma casa, a gente não pode querer ensinar um mecânico a mexer num carro, a gente não pode querer ensinar uma pessoa que desde os seus 16 anos de idade faz negociação de dissídio, de convenção, de acordos, meu caso, dizer que isso está certo. Isso está errado! É por isso que os municipais de Porto Alegre, não é o Simpa, são os trabalhadores municipais que estão perdendo o seu direito, estão em greve. Então esses 1,5 milhão de pessoas de Porto Alegre estão preocupados quando não conseguem ter acesso à saúde, quando não conseguem ter acesso à educação, quando veem o lixo acumulado, quando veem as ruas de Porto Alegre esburacadas, quando não veem o brilho no olho do servidor quando chegam às escolas, às creches do Município, quando chegam a qualquer órgão do Município. Eu acho que cabe a esta Casa devolver o brilho aos olhos dos servidores municipais, devolver a esses servidores a vontade de servir a 1,5 milhão de pessoas que moram e residem na cidade de Porto Alegre. Este é o papel desta Casa. Votando ou não votando os projetos, nós temos obrigação de dar tranquilidade a esses chefes, a essas chefes de família, a essas pessoas que levam honestamente o sustento para a sua casa, o sustento dos seus filhos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Valter, cumprimento-o na condução dos trabalhos, cumprimento os meus colegas e colegas municipais. Muito triste a nossa reunião dessa tarde. Acho que ficou muito claro que o Governo quer derrotar a categoria, sim. O Governo não tem nenhum respeito com a história dessa categoria, que levou 30 anos para construir um plano de cargos e salários decente, que mantém o funcionário valorizado gradativamente, que garante uma aposentadoria digna, que garante serviços públicos de qualidade, que garante estabilidade e que garante que o funcionário tenha autonomia diante dos interesses dos governos de plantão. Por isso, Ver. Ricardo, acho que deveria haver mais humildade na sua fala e no Prefeito Marchezan. Primeiro, porque um 1.300 mil porto-alegrenses não votaram nele. O Prefeito Marchezan perdeu para os votos brancos, nulos e abstenções. Perdeu! Não é um Prefeito que constituiu maioria. E deveria constituir maioria no seu trabalho, no trabalho de gestão. Tenho certeza de que, se ele se colocasse para a eleição agora, ele não iria conseguir nem os votos que ele conseguiu para a eleição, porque perdeu o respeito dessa Cidade. Sabem por que ele perdeu o respeito desta Cidade? Porque ele não respeita esta Cidade. Não tem oportunidade em que ele não vá lá colocar a Cidade contra os municipais. Aconteceu agora na posse do Sindilojas. Eu tenho relatos dos Vereadores sobre as barbaridades que ele disse, inclusive que não colocaria o seu filho para morar aqui em Porto Alegre, porque acha que a Cidade não é adequada para o seu filho, que mora fora. Inclusive, ele acha que os servidores...

(Aparte antirregimental.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Está no jornal isso. Ele é o Prefeito, está claro. Ele faz mal à Cidade, Cidade na qual nem o filho dele vem morar. Está no jornal isso. Ele estava, inclusive, pedindo aos lojistas que venham pressionar para retirar direitos dos servidores, colocando as creches e o Fórum das Entidades contra os servidores. Onde vai chegar um Prefeito desses que não está nem aí se o ano letivo não for recuperado, se não tiver garantia do posto de saúde. Hoje a fala do Líder foi essa: “Não tem problema, nós estamos garantindo 30% na saúde”. “Não tem problema, não vamos deixar recuperar as aulas aos sábados”. “Não tem problema, nós não estamos preocupados com a greve. A greve não fomos nós que criamos”. Essa é a fala que representa o Governo aqui, e foram eles que criaram, sim, Moisés, quem criou a greve foram os desmandos desta gestão, os crimes que esta gestão faz. E eu seria mais cuidadoso, Vereador, com o tema da corrupção, por que para mim, se não é corrupção, a MP do Temer propondo renúncia de R\$ 1 trilhão para petrolíferas estrangeiras, vendendo nosso petróleo e nossa riqueza, pois essas são as verdadeiras razões do golpe, não são as virtuosidades. E ali está o PSDB, está o PP com sua voracidade para entregar às empresas estrangeiras nossas riquezas, para tirar direito dos trabalhadores, porque é de cima abaixo neste País que as medidas são tirar direitos dos trabalhadores. (Palmas.)

O que foi a nefasta reforma trabalhista? O que são as mesmas reformas que estão se propondo lá aqui no Estado e aqui em Porto Alegre? Um modelo de Estado mínimo que é um modelo criminoso para as políticas públicas e para a vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Infelizmente não tivemos maioria, hoje, para impor a votação do tema do DMAE já a partir da segunda-feira, para dizer a este Prefeito que esta Câmara não será conivente com esse projeto, porque esse é um projeto que faz mal à Cidade de Porto Alegre. Não é um problema de corporativismo, não é um problema dos funcionários, é um problema da Cidade, a Cidade está à deriva. Ver. Valter, não tirando a sua fala, a Cidade está um caos, e não precisa tempestade para a Cidade estar um caos. A Cidade não tem governo, a Cidade tem desgoverno, em algumas áreas, proposital, em outras áreas, incompetência, porque quem é sério está saindo deste Governo, quem é sério está baixando deste Governo porque não aguenta o desastre da gestão, e nós não vamos permitir que os funcionários paguem essa conta. (Palmas.) Nós vamos fazer essa luta, e essa luta será dos funcionários e da Cidade, Ver. Valter. Nós estaremos juntos, porque Porto Alegre não merece um Prefeito que tem essa condição tão imprópria, tão longe da altura de uma capital da participação direta, a capital dos gaúchos, da cidadania, uma Capital que se orgulha dos seus funcionários e do seu protagonismo. Então, 'Fora Marchezan', sim, com a sua fúria privatista e com os seus desrespeito ao cenário público. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta, olha, eu confesso a vocês que estou surpresa com as falas que assisti aqui, porque, em momento algum, elas revelam o teor, o clima da reunião que aconteceu hoje naquela sala. E eu sou muito crítica quando tenho que ser em relação ao Governo. Não é porque sou Governo e sou Vice-Presidente do meu Partido neste Governo, que voto a favor ou que deixo de criticar, muito pelo contrário. Surpreendo-me que nesta tribuna exteriorizaram algo que não aconteceu na reunião. Tanto é verdade, que duas reuniões ficaram marcadas para amanhã, às 10h, com o Vice-Prefeito; e na segunda-feira, ainda não temos horário, com o Prefeito. Por quê? Ficou claro que mediante todo esse problema que nós estamos vivendo, a Cidade parada, os cidadãos, com problemas nos serviços que nada tem a ver, estão enfrentando dificuldades.

A Câmara mesmo, num tumulto só, o Governo sendo acusado, num primeiro momento, de ter entrado com os projetos na calada da noite, no recesso, depois, no afogadilho, tudo isso foi debatido com o Prefeito e com o Vice-Prefeito nos últimos dias. E eles demonstraram sensibilidade e querem discutir, querem atender, querem ouvir sobre a RDE, querem falar sobre as 40 horas, querem mostrar que o DMAE não vai ser privatizado. Isso ficou claro! Olha uma coisa em que eu sou boa é interpretação de texto e de fala, minha origem é da comunicação. Eu sou jornalista, e a

primeira coisa em uma faculdade, para seguir adiante no jornalismo, é interpretar manifestações, falas e textos. E não foi o que eu vi aqui! Ora, todos nós recebemos vários segmentos nos gabinetes, eu recebi pessoas, servidores preocupados com a RDE, DMAE, parcelamento dos salários, todos nós. Justamente por isso, nós levamos ao Prefeito e ao Vice. Eu perdi as contas nessa semana de quantas vezes eu falei com o Prefeito e com Vice-Prefeito preocupada com a vida dos servidores da cidade de Porto Alegre e com a vida dos cidadãos porto-alegrenses. A minha natureza é positiva, eu não vou dar como terra arrasada em que pese, sei e digo, que muitas vezes o Prefeito tem esse temperamento intempestivo.

Não é essa a situação que encontro neste momento. Ele mostrou interesse; ele quer resolver a situação; ele quer ouvir os servidores. Amanhã às 10h30min, se não me falha a memória, o Vice-Prefeito estará aqui para escutar, para debater, e segunda-feira o Prefeito deve, sim, trazer alguma proposta. Foi isso que eu interpretei das reuniões que participei. E foram longas horas naquela sala hoje de manhã e hoje de tarde também. Os servidores estão em greve há 15 dias, o que é muito complicado, nós todos sabemos e temos interesse em resolver a situação. Agora, acima de ideologias políticas, siglas partidárias, tem que estar a vida dos porto-alegrenses, a vida dos cidadãos desta Cidade. É assim que eu norteio a minha vida.

Então eu precisava utilizar a tribuna para dizer que as reuniões foram muito positivas, eu gostei das manifestações do Vice-Prefeito Paim, do Prefeito que se mostrou interessado, do Líder do Governo Moisés, do Vice-Líder Luciano Marcantônio e de todos os Vereadores que participaram com o interesse de juntos nós fazermos uma solução para esse impasse que já dura 15 dias. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde, eu creio que a reunião que se teve hoje à tarde foi uma reunião onde o Governo revelou a sua estratégia. A estratégia do Governo é uma estratégia de derrotar a greve dos servidores públicos municipais. É uma estratégia, aliás, que não é nenhuma novidade. O Governo Marchezan começou a sua gestão tratando de derrotar os municipais, por isso que o alvo do Governo Marchezan, no primeiro momento, foi atacar os professores. Isso foi uma continuidade. Ao longo dos meses todo mundo viu isso. Quem acompanha a situação da Prefeitura, sabe que foi essa a estratégia do Governo.

O Governo queria aplicar os seus projetos com os professores municipais já derrotados, em função da mudança da rotina escolar. Não conseguiu, mas nós sabemos que a vanguarda da greve é uma vanguarda nova. Ou seja, nós temos hoje, na greve dos municipais, um peso importante da Saúde, um peso importante do DMAE, até porque

o Marchezan tem um projeto neoliberal, que é um projeto de desmonte do conjunto do serviço público. Então, ele também precisa atacar as empresas públicas, razão pela qual está em pauta a privatização do DMAE, razão pela qual está em pauta a privatização da Carris. Tem sido pouco citado, acho que por sinal, cabe aos servidores públicos municipais se articular com os trabalhadores da Carris. Atualmente está tendo uma mobilização da Carris, uma vigília na frente da Carris, para defender a Carris pública, porque o projeto do Prefeito Marchezan é desmontar a empresa para privatizar, para entregar linhas para a iniciativa privada e privatizar a Carris. Assim como o projeto do Governo Marchezan é desmontar o DMAE e privatizar o DMAE! Nós sabemos que o tipo de gestão que o Marchezan vem fazendo vai levar a que falte água no final no ano. Então, o Marchezan quer, desmontando a Carris, fazer com que haja uma ruptura da população em relação ao próprio DMAE, haja uma redução do apoio da população ao DMAE, para justificar a privatização da empresa.

Então, o Governo tem essa estratégia. É uma estratégia clara. Eu creio que os municipais fizeram certo em deflagrar uma greve, porque a greve permitiu que a Câmara de Vereadores começasse a discutir com mais força esses projetos. E na Câmara de Vereadores há uma situação contraditória, nós não temos a maioria para derrotar os projetos do Governo que destroem a carreira dos servidores, que privatiza o DMAE, que precariza o serviço público, mas o Governo não tem maioria para ganhar os seus projetos, e tanto o Governo não tem maioria que se recusa colocar para votar. O Governo não quer votar porque não tem a maioria. Eu vou seguir trabalhando para que o Governo não tenha essa maioria. Hoje, na reunião de Liderança, o Governo conseguiu o apoio do Líder do PMDB, mas o partido não está unificado. Há pouco falou o Ver. André Carús que mostrou claramente que vai seguir firme ao lado dos municipais. Nós temos o voto do PP que também foi dado a favor do Governo Marchezan, mas eu sei que o Ver. Cassiá, que é do PP, segue com a postura de defesa dos municipais. Aliás, no caso do PP, nós temos o ex-Prefeito João Dib que demonstrou que é um grave erro privatizar o DMAE. Então, nós vamos seguir apostando, sim, em ter o apoio do maior número possível de Vereadores e Vereadoras. O caso do PMDB é a expressão disso. Nós vamos lutar, digo nós de modo genérico, envolve a categoria, envolve a oposição, mas vamos lutar para ter o maior número possível de votos do PMDB e trabalhar o máximo possível para fortalecer as ideias do Ver. Carús, assim como vamos trabalhar para fortalecer as ideias do Ver. Cassiá, que acho que por enquanto é minoria no PP, mas é muito importante que esteja conosco, assim como o PSD tem que se manter conosco, assim como o Ver. Janta, que foi Líder do Governo no primeiro semestre, tem agora também demonstrado que não vai dar apoio ao Governo. E, se nós mantivermos esses Vereadores e essas Vereadoras, o Governo não tem os votos necessários na Câmara para aprovar o que tem de pior nos seus projetos. Eu acho que isso o Governo não vai ter. É evidente que a linha do Governo, que é uma linha de tentar derrotar a categoria, faz com que a greve continue numa situação de indefinição. A categoria vai ter que discutir como vai seguir o seu movimento. Eu sei que os municipais têm assembleia geral na terça-feira. Isso demonstra que este Governo não é só um governo contrário ao interesse dos servidores. É lógico que ser contrário ao

interesse dos servidores já é ser contrário aos interesses da Cidade, porque os serviços públicos da Cidade são feitos pelos servidores, mas tem gente que separa o servidor da população em geral. É uma separação errada, mas tem gente que separa. A prova de que o Governo não dá bola para a população, para a população que não é servidora pública é que o Governo aposta na continuidade da greve, ou seja, que a greve siga, que os serviços não sejam prestados como os servidores sabem prestar, porque, ao invés de estarem trabalhando, os servidores são obrigados a estar fazendo protestos e a estar fazendo greve. Se os serviços não são bem prestados, a penalização é da população, e o Governo não está se importando com isso, o que mostra que o Governo Marchezan não está preocupado com a situação dos pobres da cidade de Porto Alegre.

O Sindicato dos Municipários, os Vereadores que são de oposição, todos aqueles que querem uma cidade democrática, uma cidade que sirva, realmente, aos interesses do povo devem trabalhar para mostrar para o maior número possível de pessoas que é necessária a união do nosso povo para barrar esses projetos, para impedir a privatização do DMAE, para impedir a privatização da Carris e para garantir que nós tenhamos serviços públicos de qualidade, porque é disso que a população necessita. Serviços públicos de qualidade só podem ser obtidos se nós tivermos servidores trabalhando valorizados, e isso nós não temos no Município de Porto Alegre. Essa briga vai continuar, nós vamos manter firme o nosso apoio à luta dos municipais, porque o apoio aos municipais é o apoio à cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. RICARDO GOMES: Presidente, só para restabelecer alguns aspectos fundamentais desta discussão que parece que se perderam entre a sala de lá e o plenário, se perderam no corredor, em algum aspecto. Primeiro, há aqueles que fazem oposição. Sabemos, fazem por fazê-lo, são contra tudo sempre. Em um projeto, reclamam que o Governo mandou o projeto e votou de afogadilho; em outro projeto, reclamam que queriam votar amanhã e o Governo quer prazo para negociar. O Governo se compromete a fazer reuniões – não serve, temos que votar hoje; o Governo quer votar hoje, não está bom, não deu tempo de discutir, precisamos de mais tempo. Essa é a conduta da variância de critério conforme o interesse próprio. E, ainda por cima, querem empacotar os projetos, para gerar uma confusão de debates. O projeto da PPP para o DMAE não faz parte da discussão dos servidores públicos tal como foi enviado para esta Casa; é um projeto que permite investimento privado no DMAE público. É um projeto de PPP, e se não sabem a diferença entre isso e privatização – essa é outra questão. A privatização seria a venda do DMAE. Eu votaria a favor, defenderia, e acho que o Governo poderia e deveria mandar a privatização só do DMAE, como da Procempa e da Carris. Mas não é isso que fez o Governo Marchezan, e quem diz que está privatizando o DMAE, falta com a verdade para fazer um argumento político. E é a

isso que chamo a atenção das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores, e dos assistentes, não há projeto de privatização do DMAE - o que eu lamento -, mas a oposição diz que há, para criar massa de manobra. Isso, aliás, não é incomum nesta Cidade. Não só isso. O Vereador vem aqui e diz que o projeto do Governo Marchezan é neoliberal de destruição do Estado. O que foi mais pernicioso ao Estado brasileiro, se não os governos de esquerda de Lula e Dilma? O que é mais pernicioso com o futuro do Estado brasileiro? Responsabilidade Fiscal, que mantenha o Estado sano, com contas pagáveis ou o projeto socialista de ampliação eterna das despesas, sem ter de onde tirar receitas? O que é que é responsável com o futuro do Município de Porto Alegre? O que é que é responsabilidade do futuro do município de Porto Alegre? Criar despesas, despesas, despesas; ampliar o Estado, sufocar a economia privada, onde vai faltar dinheiro para bancar essas despesas ou enfrentar essas despesas? Trazer os custos do Município a um nível pagável. O que é mais responsável com o porto-alegrense, com o serviço público e com o servidor público de Porto Alegre? Não é uma batalha sobre o tamanho do Município, é uma batalha sobre a responsabilidade que se tem com o futuro do Município de Porto Alegre, dos seus municípios e do serviço público. Adiantará adotar a estratégia do PSOL de expandir o Estado e quebrá-lo? É isso que querem? Ou acham que a iniciativa privada produzirá eternamente os impostos que Vossas Excelências querem cobrar? Ou que a iniciativa privada vai investir em outro lugar, porque não conseguirá bancar a estrutura gigantesca, mastodônica, elefântica do Município de Porto Alegre? Ora, o Prefeito Marchezan enfrenta, sim, essa questão, propondo uma adequação do tamanho do Estado, e isso é a responsabilidade que ele tem com o futuro do Município de Porto Alegre. Querem fazer crer que há uma intenção, um ódio, uma contraposição aos servidores, que o Governo não quer pagar os servidores. Reconheçamos a verdade que a Matemática mostra: a continuar crescendo como está a folha de Porto Alegre, não haverá dinheiro para pagar salários, sequer atrasados. Isso é o que diz a Matemática; discutam a Matemática, não a sua intenção, não a ideologia que querem defender, o tamanho que queriam que o Município tivesse, mas a Matemática.

Mas é mais difícil distorcer a Matemática, á mais fácil distorcer a retórica. E é isso o que a esquerda faz. Não há recursos para pagamento de tudo que se quer fazer no Município. Faltam R\$ 700 milhões, e essa é a Lei Orçamentária que foi protocolada nesta Casa. Contra isso, contra a Matemática não há argumentos, Sr. Presidente. O Governo quer conversar, quer negociar. Aqueles que sobem aqui todos os dias pedindo diálogo votaram para que não houvesse tempo de uma reunião do Executivo com os sindicalistas, com o comando de greve. Os que vêm aqui dizer que o Prefeito Marchezan não quer dialogar votaram naquela sala para que não déssemos tempo para uma reunião do Governo Marchezan com o comando de greve – é isso o que houve. Aconteceu lá, o que se disse nesta tribuna foi outra conversa. “O Governo não quer conversar, muito triste o que ocorreu naquela sala...” É triste, porque aqueles que pedem diálogo foram lá votar para que o diálogo não ocorresse. Foram derrotados; o diálogo ocorrerá, mas não da forma como eles querem, tudo ou nada. É isto o que eles querem:

ou votam como eu gostaria ou não há democracia. Essa é a posição da extrema-esquerda de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Na verdade, Ver. Bosco, estava muito contemplada pela intervenção do Ver. Roberto Robaina, que falou pelo PSOL. Mas uma coisa que tem faltado a este Governo é a verdade. Eu quero, em três frases, responder ao Ver. Ricardo Gomes, porque também vou guardar o meu latim quando, de fato, existir diálogo.

Primeiro deles é que a matemática do Marchezan é, no mínimo, uma matemática criativa e o Governo tem que parar de mentir em reuniões e mentir na tribuna. Mentir sobre os dados da responsabilidade fiscal, numa cantilena enfadonha e mentirosa que o Tribunal de Contas do Estado desmentiu, não foi nem esta Vereadora. Está muito longe de comprometer a folha, que o Ver. Moisés falou na reunião: 44% da receita está comprometida com folha, e não 50% e nem nada do gênero como o Governo tem insistido em falar.

Segundo, tem é um déficit inflado de R\$ 700 milhões, que não só tem divergências entre os órgãos de fiscalização, como teve quase que uma careação, se assim que podemos chamar, entre o atual Secretário e o ex-Secretário aqui nesta Câmara de Vereadores, porque o Governo, numa matemática criativa, bota tudo como déficit para explicar uma política neoliberal e de ataque aos servidores públicos.

E terceiro que nós gostaríamos de votar no afogadilho o projeto do DMAE, que está desde julho aqui e nós gostaríamos de votar, porque nós sabemos que nós vamos derrubar o projeto do DMAE, e vocês sabem que ia perder! Assim é a política, o Governo perderia se viesse a votação o projeto do DMAE, e o Governo tem uma definição política de privatização do DMAE, de ataques aos servidores, de ajustes nos direitos da população.

Então, se fez uma reunião de negociação que, na verdade, endossa uma linha do Governo que pegou como estratégia derrotar a greve dos trabalhadores. Mas, por um lado, o Governo vai trabalhar nesse sentido, nós, por óbvio, vamos trabalhar para fortalecer a luta dos trabalhadores para que a greve e a mobilização da categoria cresça e para desenvolver uma contradição que existe na Câmara de Vereadores, porque embora vocês tenham tido a maioria dos Líderes na reunião, nós sabemos que muitos do PMDB não estavam contemplados na votação da Liderança naquele momento, que Vereadores, como o Cassiá, vão votar conosco contra o pacote, que o PDT inteiro votará conosco contra esse pacote. Nós temos a convicção que é possível derrotar o conjunto de projetos e, ao mesmo tempo, um Governo autoritário e recessivo que tem se isolado não só no que diz respeito aos servidores municipais, mas se isolado da Cidade. Eu nunca vi um governo tão odiado como o Governo Marchezan, e não é para menos a

Cidade está colapsando. O povo que vocês falam que, de fato, é atingido pela greve, por conta da irresponsabilidade do Governo, está apoiando a greve e não o Governo desastroso do Marchezan.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Eu agradeço a todos que aqui estiveram presentes, aos Vereadores, funcionários desta Casa, aos municipais que aqui estiveram, ao público que nos assistiu através da TVCâmara, da nossa Rádio Web, que Deus proteja e ilumine todos nós.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h20min.)

* * * * *